

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-035-3
DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU)
claudio.limacarlos@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende expor as etapas até agora vivenciadas, dos trabalhos de resgate e conservação preventiva do acervo de plantas relacionadas ao conjunto arquitetônico-paisagístico do Campus Seropédica da UFRRJ. A referida pesquisa detectou diversos originais assinados por Mário Whately, Eugênio de Proença Sigaud, Ângelo Murgel, dentre outros arquitetos, que foram elaborados à nanquim, grafite e técnica mista sobre papel manteiga e vegetal. Apesar de seu precário estado de conservação e guarda, o conjunto de documentos demonstra o extremo apuro formal e riqueza de detalhamentos de ornamentos e interiores do conjunto arquitetônico que abriga os diversos institutos da UFRRJ. Em face do exposto, o trabalho será estruturado em quatro partes. A primeira se destinará a abordar alguns aspectos teóricos e legais acerca da importância da análise e conservação de documentos, especialmente aqueles relacionados à arquitetura. Na segunda etapa, são abordados, brevemente,

alguns dados históricos e característicos do conjunto arquitetônico do campus Seropédica, com destaque para as edificações protegidas pelo tombamento estadual. A seguir são apresentadas as dificuldades encontradas pelo projeto em face do contexto político-administrativo da UFRRJ, bem como os resultados até agora obtidos e as principais dificuldades encontradas pela equipe, para sua viabilização. Na quarta etapa são descritos os meios e procedimentos técnicos utilizados pela iniciativa de conservação preventiva e digitalização do acervo de plantas.

PALAVRAS-CHAVE: documentação, patrimônio cultural, arquitetura neocolonial

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata os esforços empreendidos por professores e alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na tarefa de resgatar, divulgar e conservar preventivamente o acervo de plantas relacionadas à construção do conjunto arquitetônico-paisagístico do Campus Seropédica, ocorrida no período 1938-1947. O citado processo inclui inúmeras dificuldades enfrentadas que remetem a reflexões que confrontam a extrema importância da memória

documental com a crônica negligência das instituições públicas, em geral, na tarefa de conservá-la. O estado de conservação extremamente precário do acervo trabalhado revela, de maneira dramática, uma omissão institucional, de décadas, na tarefa de conservação de sua própria memória.

A existência deste importante acervo foi constatada, em 2007, graças ao mapeamento de danos das fachadas e interiores dos pavilhões protegidos pelo tombamento estadual, desenvolvido como atividade curricular da disciplina de Projeto de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado, do curso de arquitetura e urbanismo da UFRRJ.¹ A atividade incluiu, previamente, uma pesquisa histórica e documental acerca das edificações objeto do mapeamento de danos, o que direcionou os alunos ao arquivo de plantas localizado no prédio da Prefeitura Universitária da UFRRJ. Na ocasião, foi possível constatar a extrema relevância do acervo, bem como seu precário estado de conservação e guarda.

Mais tarde, o referido acervo foi tema de projeto de iniciação científica, denominado “Descobrimo o campus da UFRRJ por intermédio de seu acervo documental”, desenvolvido pelo autor, no período 2009-2011. A referida pesquisa detectou diversos originais assinados por Mário Whately, Eugênio de Proença Sigaud, Ângelo Murgel, dentre outros arquitetos, que foram elaborados com técnicas tradicionais de desenho com a utilização de nanquim, grafite e técnica mista sobre papel manteiga e vegetal.

Em 2013, com o apoio do Centro de Memória da UFRRJ e de professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Belas Artes, foi elaborado um projeto de conservação preventiva e digitalização da referida documentação que foi contemplado com recursos concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A iniciativa viabilizou a conservação preventiva de mais de 300 plantas – até o presente momento – além de incluir a compra de equipamentos que viabilizarão futuramente a montagem de um laboratório especializado na conservação de papel, especialmente as plantas arquitetônicas do campus Seropédica. Uma vez estabelecido, este laboratório será um instrumento importante no processo de conservação e divulgação da memória do campus, fornecendo, inclusive, subsídios históricos importantes para a conservação da sua arquitetura e paisagismo.

Em face do exposto, o trabalho será estruturado em quatro partes. A primeira se destinará a abordar alguns aspectos teóricos e legais acerca da importância da análise e conservação de documentos, especialmente aqueles relacionados à arquitetura. Na segunda etapa, são abordados, brevemente, alguns dados históricos e característicos do conjunto arquitetônico do campus Seropédica, com destaque para as edificações protegidas pelo tombamento. Na terceira etapa são apresentadas as atividades do

1 - O tombamento estadual ocorreu de forma provisória, em 1998, e definitivamente em 2001. O objeto inicial do pedido feito por técnicos da Universidade foi o painel de azulejos da artista plástica portuguesa Maria Helena Vieira da Silva, localizado no espaço do antigo salão do restaurante de alunos e atual sala de estudos. Ao visitarem o campus da UFRRJ, técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural decidiram incluir na proposta de proteção o parque paisagístico, além do pavilhão Central, prédios dos Institutos de Química e Biologia; residência do Reitor e prédio sede da Embrapa.

projeto, objeto do presente trabalho, e seus respectivos resultados. Na quarta etapa são descritos os meios e procedimentos técnicos utilizados pela iniciativa de conservação preventiva e digitalização do acervo de plantas, bem como os resultados até agora obtidos e as principais dificuldades encontradas pela equipe, para sua viabilização. Na última etapa são apresentados resultados e expectativas futuras criadas pela iniciativa de conservação objeto do presente trabalho.

2 | A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE DOCUMENTOS

Para Le Goff (2003, p. 419), o conceito de memória é referência crucial e possui a “propriedade de conservar certas informações” que nos remetem “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Maurice Halbwachs não considera a memória apenas como um atributo da condição humana, tampouco como algo que é construído a partir do seu vínculo com o passado, mas sim como resultado de “representações coletivas construídas no presente” que têm como função manter a sociedade coerente e unida. Para Halbwachs a memória tem apenas um adjetivo: coletiva (SANTOS, 2003, p.21). Le Goff (2003, p.525) afirma que a memória coletiva possui a sua forma científica, a história, que se aplica em dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

O termo latino *documentum* deriva de *docere*, “ensinar” e assume o significado de “papel justificativo” – domínio policial – e também, a partir da virada do século XIX para o XX, para a corrente positivista, de “fundamento do fato histórico”, “prova histórica”. (LE GOFF, 2003, p. 526). Ocorre que, em 1929, segundo Le Goff (2003, p. 530), os fundadores da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* e pioneiros de uma história nova, ampliaram a noção e o sentido de documento que passou a abranger aqueles escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, imagens, desenhos ou qualquer outra maneira. Estes vinculam a sua existência a da própria história, ou seja, “não há história sem documentos”. (LE GOFF, 2003, p.531)

Quando se trata de arquitetura, a documentação histórica é uma relevante fonte de conhecimentos e informações que permitem, dentre outros, a reconstituição precisa das intenções e sentimentos dos respectivos idealizadores (empreendedores e arquitetos). Segundo o dicionário Houaiss (2001), projetar possui diversos significados, desde atirar, arremessar à distância, até fazer um projeto, planejar. O termo relaciona-se com algo que lançamos ou vislumbramos a frente. No caso do projeto arquitetônico, há uma nítida revelação de uma intenção futura, ou seja, permite a visualização prévia e em escala reduzida, do edifício que se pretende construir. A análise dos projetos originais de uma edificação nos fornece uma concreta possibilidade de perceber o que se pretendeu no passado e, por comparação, identificar o que realmente foi realizado, executado e de que forma foi apropriado no presente. A identificação, a catalogação, a

análise e a divulgação de documentação escrita e iconográfica relacionada à arquitetura tornam-se ações fundamentais para uma melhor compreensão de sua importância e trajetória. Trata-se da conservação de um dos pontos que compõem o extenso mosaico de referências materiais que contribuem para a construção e a manutenção da memória coletiva de grupos humanos, tendo em vista que as arquiteturas, especialmente as de uso público, são o *lócus* de convivência e vivências coletivas. Além da própria edificação, este mosaico é composto por relatos, lembranças e, sobretudo, pela documentação escrita e iconográfica, tais como, desenhos, projetos, imagens, textos etc. Myriam S. dos Santos (2003, p.19) confirma esse pensamento quando afirma que os objetos e os documentos são capazes de reproduzir parte do que foi vivenciado no passado.

No caso específico das entidades públicas, os arquivos assumem grande importância no processo de perpetuação das respectivas memórias, representando verdadeiros repositórios que testemunham fatos vividos no passado. Os conjuntos de documentos neles guardados, independente de suporte, inequivocamente, são fruto de acumulação proveniente de atividades dessas entidades ocorridas em diversas épocas e sob diferentes contextos culturais e políticos. Após terem cumprido a sua função original (instrumentos de trabalho), transformam-se em evidências do passado, guardando a memória de fatos ou intenções concretizadas ou não (Cf. Angelo, 2009, p.92).

Em nível mundial, a importância da memória documental foi primeiramente destacada em 1931, na “Carta de Atenas”. O documento materializou consenso de idéias e conceitos entre nações participantes da Sociedade das Nações sobre a conservação do patrimônio cultural. Seu texto enfatizou no subitem “c”, do item VII (A Conservação dos Monumentos e a Colaboração Internacional) a utilidade de uma “documentação internacional” sobre monumentos. Dentre outros pontos, recomendou a importância da publicação de documentos relacionados aos monumentos, bem como a iniciativa de cada Estado membro de constituir arquivos “onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos” (apud Cury, 2004, p.16).

A preocupação com a guarda e a publicação de documentos acerca de bens culturais foi reafirmada, em 1956, no documento conclusivo da 9ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, ocorrida em Nova Delhi acerca do patrimônio arqueológico. Em 1964, a “Carta de Veneza” (Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios), redigida após o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, recomendou que toda a documentação gerada a partir de intervenções de conservação em bens culturais deveria ser publicada e/ou disponibilizada em arquivos de órgãos públicos, de forma a ser acessível aos pesquisadores atuantes na área. No Brasil, a Constituição Federal, estabeleceu, em 1988, a obrigatoriedade de órgãos públicos, no tocante ao patrimônio cultural e na forma da lei, na viabilização de meios de gestão da documentação governamental, bem como as providências cabíveis para franquear sua consulta a quantos dela

necessitem.

A importância da guarda e da conservação de documentação primária, especialmente aquela relacionada à arquitetura, também é comprovada por meio da existência, em diversas cidades brasileiras, de edificações projetadas e construídas especialmente para esse fim. Pode-se citar como exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, dentre outras, o caso do Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ) que guarda conjunto documental de cerca de 50.000 processos de licença de obras, que contam parte da evolução urbana da cidade, desde 1792. Segundo Ingrid Beck (2002, p.33), o citado acervo do AGCRJ “possui grande valor informativo, seja para fins de pesquisa acadêmica, seja para teses de graduação e pós-graduação (Engenharia, Arquitetura, História, Jornalismo etc.)”.

No caso do acervo de plantas relacionadas à memória projetual do campus Seropédica da UFRRJ, observa-se uma infinidade de intenções não concretizadas – não executadas – ou diversificadas. Estas informações permitem constatar os ambiciosos objetivos do Estado Novo de Vargas no intuito de criar um centro acadêmico de excelência nas ciências agrárias, capaz de proporcionar autonomia aos produtores brasileiros do setor. O apuro dos detalhes arquitetônicos e do mobiliário especialmente projetado para os interiores transmite requinte e apuro formal ao conjunto. Por outro lado, também nos permite comparar criticamente soluções projetadas com as executadas, bem como as apropriações contemporâneas dos espaços projetados no passado.



Figura 1. Mapoteca com originais em papel vegetal e manteiga na Prefeitura Universitária, em 2010.

Fonte: Viviane Godinho Vaz (bolsista de iniciação científica de 2009 a 2010) – Acervo da pesquisa.

3 | BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS SEROPÉDICA

O processo que viabilizou a construção do campus Seropédica da UFRRJ foi iniciado em março de 1934, quando as Escolas Nacionais de Agronomia e Nacional de Veterinária tiveram o regulamento comum aprovado e tornaram-se estabelecimentos-padrão para o ensino agrônômico do país. A partir daí um conjunto de medidas legais resultaria na criação da Universidade Rural, em 1944, que se instalou no campus Seropédica, em 1948.



Figura 2. Visita do presidente Getúlio Vargas às obras do campus Seropédica, em 1939.

Fonte: Centro de Memória da UFRRJ

Segundo registros históricos relacionados ao processo de construção do campus Seropédica, o engenheiro-arquiteto Ângelo Alberto Murgel (1907-1978) supervisionou todos os projetos de arquitetura dos pavilhões que foram executados pela empresa paulista *Mário Whately Engenheiros Civis, Architectos e Industriaes* em estilo neocolonial, conforme exigência do governo federal. Murgel liderou uma grande equipe de colaboradores que, no período 1937-1948, desenvolveu o projeto do campus e acompanhou a construção do conjunto de edificações que seria erguido num terreno situado em área anteriormente pertencente ao Ministério da Agricultura, sendo, originalmente, parte integrante da Fazenda Nacional de Santa Cruz.² O projeto paisagístico, em estilo inglês, ficou a cargo de Reynaldo Dierberger que deu ares rurais ao lugar, criando lagos e pequenas colinas artificiais, utilizando-se preferencialmente de flora nativa.

² - Atual quilometro 07 da BR-465, originalmente, situada no distrito de Seropédica, integrante do município de Itaguaí. Desde 1995, o citado distrito é um município do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 3. Aquarela demonstrando um dos prédios e seus jardins (detalhe A, figura 01), aos quais não foram totalmente reproduzidos conforme previsto em projeto

(Fonte: Centro de Memória UFRRJ).

Segundo dados obtidos nos arquivos da Prefeitura Universitária da UFRRJ, Murgel assinou como autor apenas alguns dos projetos, dentre eles o da Escola de Agronomia. As demais plantas e desenhos levantados apresentam carimbos assinados por *Mário Whately, Engenheiros Civis, Architectos e Industriaes* e diversos colaboradores, com destaque para a contribuição do arquiteto e artista plástico Eugênio de Proença Sigaud (E.P.Sigaud) que assinou diversos estudos, croquis e detalhamentos de ornatos de interiores e de mobiliário.

Conforme anteriormente comentado, o governo federal recomendou, na construção do campus, a adoção de elementos que caracterizassem um típico “ambiente rural” compatível com as atividades desenvolvidas ligadas à agropecuária. Para tal, a monumentalidade dos prédios deveria ser associada a sua tendência estilística, obrigatoriamente em neocolonial. A relação entre a tradição das atividades agropecuárias e a tradição arquitetônica brasileira conduziu naturalmente à opção pelo estilo artificialmente construído, no início do século XX, a partir de exemplares de arquiteturas tradicionais civis e religiosas, rurais e civis, surgidas no período colonial brasileiro, precisamente no século XVIII.

Cabe ressaltar que a tendência estilística à época, já era questionada e considerada ultrapassada por muitos dos principais arquitetos que a seguiam, como, por exemplo, Lúcio Costa, que liderou uma equipe de arquitetos que elaboraram o projeto do prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES, 1937-1943), no Centro do Rio de Janeiro. Outro evento importante que se destaca no contexto arquitetônico do Rio de Janeiro é a construção da cidade universitária da UFRJ, iniciada em 1949, cujo plano geral foi elaborado por Jorge Machado Moreira e equipe (CZAJKOWSKI, org, 1999, p. 130). A proximidade cronológica entre os dois eventos possibilita inferir que o “Brasil rural”, ligado às tradições conservadoras, era esteticamente identificado com o estilo

neocolonial, enquanto o “Brasil urbano” já incorporava o moderno. O fato transmite ao conjunto arquitetônico-paisagístico do campus da UFRRJ um caráter documental dos mais importantes para a compreensão de parte do contexto arquitetônico brasileiro referente ao século XX.

4 | ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E ESTRUTURAIS DO CAMPUS DA UFRRJ RELACIONADOS AO PROJETO

Em novembro de 2013, foram iniciadas as atividades do projeto com uma reunião entre os professores membros da equipe e bolsistas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Belas Artes que estabeleceu as prioridades de compra de materiais de consumo e equipamentos; espaço necessário para as atividades, definição da equipe e captação e identificação das plantas objeto da pesquisa.³

Com relação ao item “espaço para atividades” do projeto, a equipe vislumbrou a necessidade de cessão de uma ou mais salas, pela administração superior, com área, segurança e instalações prediais (elétrica e hidráulica) suficientes para abrigar os equipamentos e as atividades técnicas relacionadas ao projeto de pesquisa. No entanto, mediante as dificuldades e a lentidão nos processos administrativos internos de obtenção desse almejado espaço, decidiu-se pela imediata utilização do pequeno espaço do Centro de Memória da UFRRJ (CM/UFRRJ) para, mesmo que precariamente, alocar equipamentos, materiais de consumo e a realização de reuniões e treinamento da equipe. O projeto também ocupou imediatamente duas salas, sem uso, localizadas no segundo pavimento da Prefeitura Universitária do Campus Seropédica (PU/UFRRJ), onde se encontram as mapotecas com o acervo a ser conservado. A solução visou não prejudicar o andamento do projeto, porém não afastou a continuidade das negociações junto à administração superior, de um espaço no novo prédio da biblioteca do campus, recentemente construído. O local é considerado pela equipe como ideal para não apenas abrigar o laboratório de restauração de documentos, mas também todo o acervo de plantas objeto das intervenções de conservação e digitalização que atualmente está precariamente guardado no prédio da Prefeitura Universitária (PU) do Campus Seropédica.

3 - Participam e participaram como bolsistas do projeto Jéssica Cristina Gonçalves Gomes (Belas Artes, formada em 2014), Clayton Cristian Lima de Oliveira (Belas Artes, formado em 2015), Priscila Marcondes (Belas Artes, formada em 2015), Mariana Von Seehausen (Belas Artes); Raphaela Sigiliano, Bianca Pacheco Trindade e Lorynne Duarte (Arquitetura Urbanismo).



Figura 4. Mapoteca de madeira coberta por lona plástica na sala localizada no prédio da PU/UFRRJ, tendo em vista as goteiras existentes.

Fonte: Clayton Oliveira, 2014 – Acervo da pesquisa

Cabe também destacar que a UFRRJ, especialmente o campus Seropédica, lócus da pesquisa, passa por uma grave crise originada pelo acúmulo de problemas administrativos e estruturais acumulados nos seus mais de sessenta anos de existência. Os anos de 2013 e 2014 caracterizaram-se pelo agravamento da citada crise, sendo marcados por greves (de funcionários, alunos e professores), ocupação da Reitoria por alunos e ações de reestruturação administrativa. Em 2015, o panorama se manteve inalterado contando ainda com outra greve de funcionários que se estendeu de maio até outubro. Adiciona-se ao quadro, a contenção de despesas estabelecidas pelo governo federal este ano, que refletiu diretamente sobre as Universidades Federais.

Sob esse contexto, em 10/03/2014, foi realizada uma reunião entre a Magnífica Reitora da Universidade, a equipe de professores e a diretora do Centro de Memória da UFRRJ (CM/UFRRJ) com o objetivo de reiterar as solicitações feitas à administração superior da UFRRJ, por um espaço adequado e maior apoio ao projeto. Na ocasião, foi relatada a relevância, bem como as metas e as proposições do projeto, assim como os problemas encontrados pela equipe para o seu pleno desenvolvimento, com destaque para o espaço necessário aos trabalhos de conservação e a guarda segura dos equipamentos.

Com relação ao espaço para as atividades de conservação das plantas históricas, foi solicitada, como solução alternativa, à Magnífica Reitora à cessão de uma das salas do prédio da PU/UFRRJ, o que foi legitimado por meio de memorando.

A citada sala guarda uma mapoteca de grande porte, sem uso e em excelente estado de conservação que está sendo utilizada para a guarda das plantas higienizadas e conservadas preventivamente. O equipamento foi identificado pelos pesquisadores, em março de 2014, encontrando-se instalado no andar térreo do prédio da PU/UFRRJ, em sala cujas instalações elétricas carecem de reparos e que, guarda uma série de móveis inservíveis em seu interior. (Figura xx) Em função disso, foi solicitada a sua desocupação e a realização das obras necessárias na rede elétrica, fatos que não ocorreram até hoje.

No mesmo dia da cessão da sala pela reitora da UFRRJ os integrantes da equipe elaboraram projeto de ocupação e transformação da sala da citada mapoteca metálica em espaço para pequeno laboratório de análise, conservação e guarda do acervo de plantas históricas referentes à construção do campus da Universidade. As obras ainda não foram realizadas e, perante a crise orçamentária atual, não têm previsão de início. Os equipamentos até agora comprados encontram-se parte localizados no Centro de Memória – no Pavilhão Central (P1) – e parte no local da mapoteca original em madeira por questões técnicas que buscam a separação entre as plantas higienizadas e não higienizadas. É importante destacar que as instalações elétricas do P1 encontram-se sobrecarregadas, inviabilizando a plena utilização dos equipamentos adquiridos, sendo que muitos dos quais ainda nem foram ligados.

Após reivindicação da equipe do projeto à administração superior, obteve-se, neste ano, um cargo administrativo terceirizado que será ocupado por um especialista em restauração de papel que gerenciará o futuro laboratório e dará continuidade aos trabalhos de conservação, cadastro e digitalização do acervo. Espera-se que o laboratório, assim como o acervo de plantas, tenham um local definitivo até 2017.

5 | A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO

A teoria da conservação do patrimônio cultura indica sempre a conservação preventiva como ação primordial no sentido de evitar-se a restauração. Para o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.18, 61), a conservação é o “conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de destruição”, e preservação é “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos”.

Mediante essas premissas, as iniciativas do projeto priorizaram a conservação preventiva das plantas do acervo e a retirada gradativa dos originais da mapoteca de madeira, onde estão suspensas por “orelhas de papel” grampeadas aos originais, bem como do ambiente no qual se encontram que se apresentavam com goteiras e muita poeira, em sala prédio da Prefeitura Universitária (PU).⁴ É possível observar que,

4 - Em fins de 2014, foram realizadas obras de recuperação do telhado da PU/UFRRJ que eliminaram

apesar de seu precário estado de conservação e guarda, o conjunto de documentos ainda demonstra o extremo apuro formal e riqueza de detalhamentos de ornamentos e interiores do conjunto arquitetônico que abriga os diversos institutos da UFRRJ. Neste universo, destacam-se os projetos de interiores e mobiliário executados pela empresa *Laubisch & Hirth* que empregou Joaquim Tenreiro no período 1933-1943 e detalhes feitos em várias escalas, inclusive a 1/1, por E. P. Sigaud.

As ações de conservação preventiva do acervo se restringiram basicamente ao controle do ambiente interno e à higienização (remoção de sujidades), retirada de grampos metálicos, “orelhas”, fitas adesivas e outros elementos que promoviam a deterioração dos originais, a maior parte em papel manteiga e vegetal. Essas etapas foram executadas na própria sala da Prefeitura Universitária, situada no segundo pavimento, onde está localizada a mapoteca original em madeira. Para facilitar os trabalhos, a mesa de higienização adquirida com recursos da FAPERJ foi transferida para o local. Desta forma, foram seguidos os seguintes passos:

- registro fotográfico do carimbo da planta, possibilitando a visualização do seu número original de registro, autoria, data de execução e tema;
- registro fotográfico da planta inteira mostrando o original em suas reais proporções e estado de conservação;
- registro fotográfico das patologias detectadas.

Após essas etapas, providenciou-se a análise minuciosa de toda a planta (exame organoléptico), para em seguida preencher-se a ficha de registro especialmente criada para o projeto. Terminado o preenchimento da ficha, iniciaram-se as medidas básicas de conservação curativa, tais como, higienização – feita com trincha – e remoção de grampos e orelhas de papelão. As plantas higienizadas foram transferidas para a mapoteca em aço localizada na sala no primeiro andar do prédio da PU/UFRRJ, após a mesma ter sido rigorosamente limpa.

A documentação foi acondicionada por número de registro na prateleira. Com a compra do papel de pH neutro, iniciou-se a elaboração de pastas de acondicionamento individual, levando em conta o tamanho da planta. Os citados trabalhos foram executados nas dependências do Centro de Memória/UFRRJ.

Outra atividade desenvolvida foi o controle climático do laboratório e da sala da mapoteca. Utilizou-se o aparelho denominado termo higrômetro para medir a temperatura mínima, máxima e a umidade relativa (UR) para atestar se as plantas não sofreriam um choque de diferença climática (umidade e luminosidade), o que prejudicaria a sua conservação. O importante é construir-se um ambiente estável para a guarda das plantas e, para tal, mediu-se a temperatura duas vezes ao dia.

Uma vez higienizados e livres de elementos agravantes do seu estado de conservação, as plantas foram acondicionadas em “pastas em cruz”, feitas com papel *filiset* neutro acompanhada de uma base protetora embaixo e acima para que

o problema.

a obra não entre em contato com outros documentos. O papel escolhido é um papel, *acid free*, por não ser fabricado pelo processo convencional de colagem ácida. Este papel tem longa durabilidade por ser resistente a fungos e proliferação de bactérias, sendo ideal para restauração ou recuperação de documentos. Seu objetivo é manter características intrínsecas do documento como sua originalidade e autenticidade. Nas plantas arquitetônicas muito grandes foi necessário unir dois ou mais papéis *acid-free* com cola CMC (Carboxil-metil-celulose).

Feitos os devidos trabalhos de conservação preventiva, efetuaram-se os registros fotográficos e o cadastramento de cada original, por intermédio de fichas especialmente elaboradas para o projeto que apresentam dados relacionados às ações de conservação preventiva executadas, análise do estado de conservação, características do original (suporte, dimensões, técnica utilizada) etc.

As plantas higienizadas e envelopadas primeiramente foram guardadas na citada mapoteca metálica sem uso. Porém, este ano, em função de obras de conservação no citado prédio (atualização das instalações elétricas), elas foram transferidas para as dependências do Centro de Memória onde estão guardadas, provisoriamente, em mapotecas horizontais em aço. Atualmente, o projeto conseguiu higienizar e cadastrar cerca de mais de 350 originais relacionados à memória projetual e construtiva do Campus Seropédica da UFRRJ. Intenciona-se, futuramente, inseri-los no tombamento estadual do campus (2001) como bens móveis, fato que gerará responsabilidade legal da administração superior, de conservá-los, garantindo a sua existência e transmissão às gerações futuras.



Figura 5. Retirada de grampos e orelhas executada pela bolsista do curso de Belas Artes, Jéssica Gomes.

Foto: Clayton Oliveira, 2014 – acervo da pesquisa

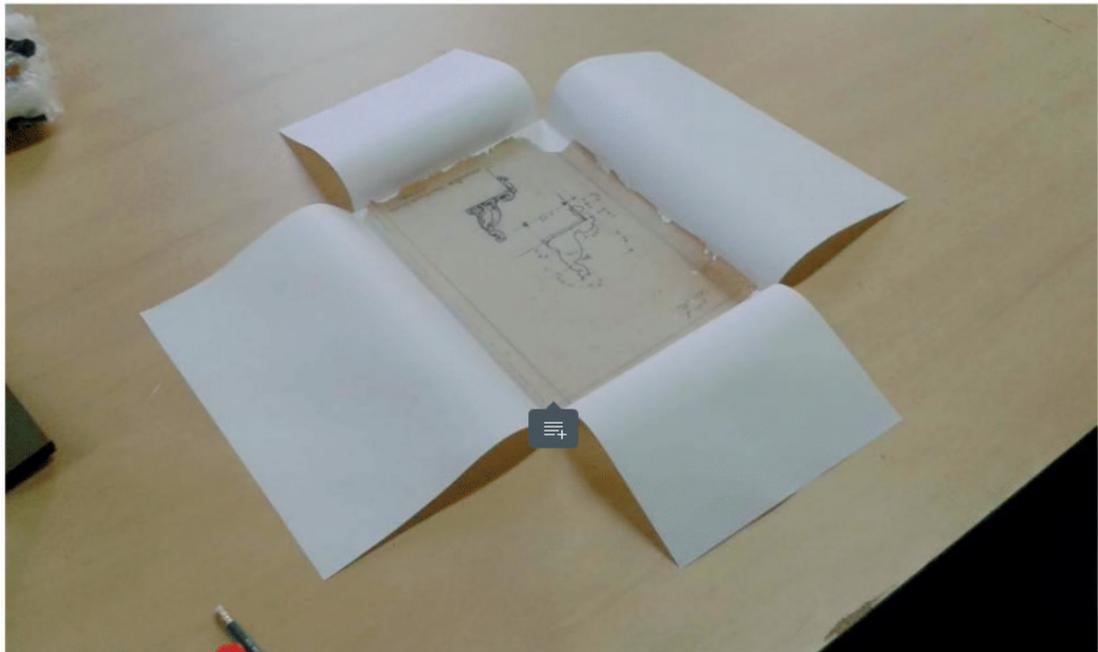


Figura 6. Invólucro utilizado para acondicionar as plantas: envelope em cruz.
Foto: Claudio Lima Carlos, 2014 – acervo da pesquisa.

UFRRJ		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
FICHA DE REGISTRO			
DESCRIÇÃO		Foto de registro	
Numero de Registro	Ano		
Nome / Título			
Projeto nº	Desenho nº		
Calculado por	Executado por		
Intitulado por			
SupORTE			
Dimensões			
Técnicas			
Exames Realizados			
Projetista			
Local de armazenamento			
PATOLOGIA			
Espalhas	Ataque de insetos	Carminhas	
Adesão	Exatamento de insetos	Corrosão	
Alumina	Fungos	Riscos	
Adesivos	Fungos	Doenças	
Esquemas	Suor e Fragilidades	Descoloração	
Anotações em tinta	Intervenção anterior	Manchas	
Distorções	Omissão do suporte	Omissão das bordas	
Faixa de Pigmento	Faixa de suporte		
PROPOSTA DE TRATAMENTO			
	Fazer	Tempo	Responsável
Planificação			
Higieneção com Tricloro			
Limpeza com Algodão de pó de serragem			
Limpeza mecânica			
Retirada de pontos de fratura (vidro)			
Remoção de fita adesiva			
Remoção de intervenções anteriores com R2D quente			
Colocação de papel de papel			
Veraturo			
Resacos com papel japonês			
Prevenção de furto com o papel de papel (prevenção ou segurança)			
Descoloração não aquecida			
Descoloração a quente			
Sequeção			
Reforço das bordas			
Remoção de cores			
Conservação	Restauro	Digitalização	Registro no banco de dados
Das técnicas	Índice		Técnicas
Nome do examinador			Data
Nome do revisor			Data

Figura 7. Ficha de Registro da documentação conservada.
Fonte: Centro de Memória da UFRRJ.



Figura 8. Mesa higienizadora sendo operada pelo bolsista do curso de Belas Artes, Clayton Oliveira.

Fonte: Autor, 2015

4.1 – A Digitalização do acervo

Em função das dificuldades encontradas, no que diz respeito ao espaço para equipamentos, bem como o estado precário das plantas, optou-se por fotografar os originais com o auxílio de câmera profissional acoplada a um suporte criado pelo Professor Delson de Lima Filho, integrante da equipe do projeto, especialmente para este fim. Por meio de sucção, o original é planificado em uma base de MDF possibilitando a execução da fotografia com luz indireta. As fotos recebem tratamento digital e, em médio prazo, pretende-se disponibilizar parte do acervo em arquivo com extensão PDF.

Há também a possibilidade de disponibilização das informações relacionadas ao acervo no Sistema de Gerenciamento de Acervos Museológicos – SISGAM, do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do cadastramento do Centro de Memória da UFRRJ. Os contatos entre membros da equipe do projeto e da Secretaria Estadual de Cultura foram iniciados no dia 5/8/2015. As iniciativas incluem um acordo de cooperação técnica com a Escola de Museologia da UFF, com vistas à obtenção de bolsistas para a correta catalogação do acervo conforme normas estabelecidas pelo

sistema, bem como a disponibilização em rede para consulta das fichas cadastrais das plantas. Espera-se em curto médio prazo, disponibilizar e divulgar o acervo de plantas da UFRRJ para pesquisadores em geral.



Figura 9. Suporte para reprodução fotográfica criado pelo Prof. Delson de Lima Filho

Fonte: Autor, 2005

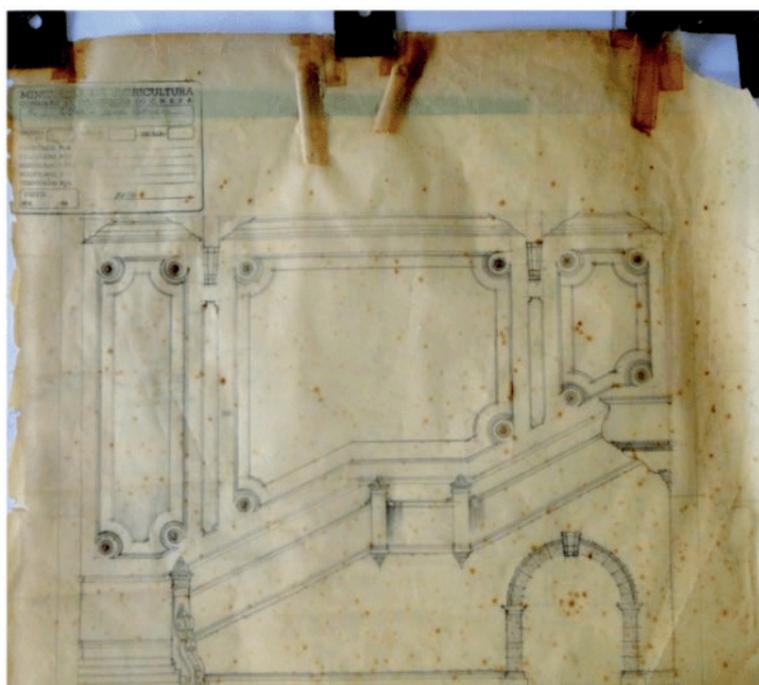


Figura 10. Desenhos de detalhes construtivos do Pavilhão Central da UFRRJ, de autoria de E. P. Sigaud, em técnica mista, grafite e nanquim sobre papel vegetal. Foto: Jéssica, jun/2014 – acervo da pesquisa.

Pretende-se, ao longo do próximo ano, conservar preventivamente e digitalizar todo o conteúdo da mapoteca original em madeira, para no ano de 2017, empreender esforços no sentido de iniciar os trabalhos de restauração do acervo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto de conservação do acervo de plantas relacionadas à construção do campus da UFRRJ revela de maneira clara o crônico desinteresse dos órgãos públicos pela preservação e divulgação da sua própria memória. O precário estado de conservação e guarda inadequada do acervo de plantas históricas revela, de maneira inequívoca, décadas de abandono e descaso por parte das sucessivas administrações da UFRRJ. Por outro lado, a partir da iniciativa de conservação preventiva empreendida por docentes dos cursos de Arquitetura e Belas Artes pode-se observar o grande interesse dos discentes envolvidos no projeto que se dedicaram e se dedicam diariamente às árduas tarefas de salvamento e conservação preventiva da preciosa documentação. O interesse de docentes e discentes pela conservação do acervo histórico contrasta com a desarticulação administrativa da Universidade, bem como a sua lentidão no atendimento das demandas inerentes ao relevante projeto.

O estado avançado de degradação e a forma como tão valioso acervo se encontrava e ainda se encontra, em parte, acondicionado, não deixam dúvidas sobre a sua perda em curto prazo, caso as iniciativas não houvessem sido tomadas. Com ele, se perderia além de informações preciosas, um acervo de plantas de rara beleza e importância para a história recente da arquitetura brasileira, que apresentam técnicas de desenho e representação gráfica atualmente pouco utilizadas ou até mesmo perdidas. A experiência proporcionou aos professores e, principalmente, aos alunos envolvidos, acessar um universo em grande parte desconhecido de nossa arquitetura, enriquecendo certamente suas formações profissionais.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Carla Viviane da Silva. Arquivos e Preservação Documental, in *Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural/organização* Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar. – Belo Horizonte: IEDS, 2009, PP. 91-96.

BECK, Ingrid. *Manual de conservação de documentos*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1985

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Iphan, Rio de Janeiro; 3ª edição, 2004.

CZAJKOWSKI, J. (org) Jorge Machado Moreira. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo – CAU, 1999.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil. Entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LIMA CARLOS, Claudio A. Descobrindo o Campus da UFRRJ Através do seu Patrimônio Documental, Anais do II Seminário Ibero Americano de Arquitetura e Documentação: desafios e perspectivas, Belo Horizonte, 2011, v. 01. p. 01-14.

RUMBELAPAGER, Maria de Lourdes. Arquitetura Neocolonial. Seropédica, RJ: EDUR, 2005.

REVISTA ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v.12, n.2, p. 254-272, jul./dez, 2007.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

